

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.478 - AL (2019/0341699-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : JAILDO MAGALHAES DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JAILDO MAGALHAES DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (HC n. 0801297-17.2019.8.02.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante no dia 5/3/2019 (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática do crime previsto no art. 155, §4º, II, do Código Penal, porque teria subtraído um celular (e-STJ fl. 6).

A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, alegando, em síntese, ausência de fundamentação idônea e de elementos capazes de caracterizar o furto qualificado, tratando-se, segundo a defesa, de furto simples. Ainda, destacou que o fato de o recorrente responder a outros processos e a ausência de endereço fixo não são argumentos capazes de amparar o decreto prisional, sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas ao caso (e-STJ fl. 59). O Tribunal, contudo, denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 57/58):

*HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. FURTO QUALIFICADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO SIMPLES. ANÁLISE INVIÁVEL POR ESTA VIA ELEITA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA A JUSTIFICAR O DECRETO PREVENTIVO. CONSTATADA A MATERIALIDADE E OS INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISUM PROFERIDO COM BASE EM ELEMENTOS CONCRETOS CONSTANTES NOS AUTOS QUE APONTAM A NECESSIDADE DE MANTER O*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*PACIENTE PROVISORIAMENTE CUSTODIADO, SOBRETUDO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONFISSÃO NA FASE INQUISITORIAL. CONTUMÁCIA DELITIVA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO. INAPLICABILIDADE DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO CÁRCERE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME. I - O pedido de desclassificação do crime de furto qualificado para furto simples demandaria aprofundado reexame de provas, o que se mostra incabível na via estreita do writ. II - A prisão cautelar - anterior à sentença condenatória definitiva - deve ser concretamente fundamentada, nos termos do disposto no art. 312 do CPP. A custódia cautelar foi decretada para o resguardo da ordem pública. . III - Da leitura dos autos, conclui-se que a segregação cautelar se encontra fundada na garantia da ordem pública, consubstanciando-se nas provas colhidas, nos indícios de autoria e materialidade delitivas, bem como na confissão do paciente na fase inquisitorial e nas declarações das testemunhas. IV - In casu, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a revogação da prisão acarretaria risco à ordem pública, notadamente em razão do paciente figurar como réu em outras ações penais, o que revela a contumácia na prática de delitos e a necessidade de imposição da segregação cautelar em virtude do fundado receio de reiteração delitiva, razão pela qual o magistrado singular asseverou não ser cabível a imposição de medidas cautelares do art. 319 do CPP. V - Inexistência de flagrante ilegalidade a ser reconhecida. VI - Ordem denegada.*

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública reitera as alegações anteriores – ausência de fundamentação idônea, ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Complementa discorrendo acerca da possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do recorrente, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório. **Decido.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Verifica-se que a presente impetração objetiva desconstituir decreto de prisão preventiva. Ocorre que, consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, em 15/10/2019, o réu foi condenado como incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal, à pena de 1 ano de reclusão, em regime inicial aberto, sendo a pena privativa de liberdade substituída por uma restritiva de direitos, na oportunidade foi determinada a expedição do alvará de soltura.

Nesse contexto, fica sem objeto a pretensão recursal.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator